

Seama mantém embargo de obra em Vila Velha X

A Prefeitura de Vila Velha ainda não apresentou todo o projeto de urbanização da orla da Barra do Jucu à Secretaria de Estado para Assuntos do Meio Ambiente (Seama), ao contrário do que declarou na última sexta-feira o vereador do município Aerton Vieira, também morador do balneário. A informação foi dada ontem pela coordenadora de Recursos Naturais da Seama, Marta Abaurre.

Ela frisou que as obras continuarão embargadas até que todo o projeto seja apresentado e aprovado pelos técnicos da Seama, pois é fundamental que as diretrizes básicas para a preservação das condições ambientais da orla, bem como a proteção à vegetação de restinga da praia, sejam garantidas.

A Prefeitura, conforme relatou Marta Abaurre, já havia sido penalizada em fevereiro com uma notificação de embargo dos serviços realizados pela empreiteira contratada, Konstral, pois iniciou a urbanização sem seguir as diretrizes da Seama. Naquela época a PMVV não apresentou o projeto para análise, embora soubesse que esta era uma exigência imprescindível.

“Capim”

Posteriormente, a PMVV remeteu um projeto, só que não o elaborou seguindo as determinações da Seama. Foi projetada uma obra de grande vulto, que implicaria em danos à vegetação e ao meio ambiente, em geral.

Apesar de a Seama ter desaprovado o projeto, a Prefeitura reiniciou as obras que, pela segunda vez, foram embargadas “desta vez não só pelo órgão estadual, mas também pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Para suspender este novo embargo, será necessária a apresentação do projeto de urbanização da orla dentro dos parâmetros estabelecidos pela Seama. Até o momento a Prefeitura não apresentou a parte que trata da drenagem das águas pluviais, enquanto os outros itens já foram analisados e aprovados. “Nós não podemos permitir a pavimentação, por exemplo, porque as manilhas para drenagem são subterrâneas e, se o projeto de drenagem estiver mal-dimensionado, como estes erros serão revistos”, questionou Abaurre.

Marta Abaurre fez questão de ressaltar que as exigências da Seama são pautadas em análises científicas, e que ao agir para proteger a vegetação de restinga da praia, o órgão não está demonstrando preocupação em preservar apenas “um capinzinho qualquer”, mas espécies da flora que não podem ser destruídas, conforme determina a própria legislação feita pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama).

Eu disse ainda que a comunidade da Barra do Jucu não está contra a ação da Seama, tanto que em janeiro chamou o órgão para discutir o projeto da Prefeitura, pois discorda da proposta de se realizar no balneário uma urbanização vultosa, ao invés de manter o panorama natural do lugar.